

REFLEXÕES LUKACSIANAS SOBRE O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Argus Vasconcelos de Almeida¹

RESUMO

O presente trabalho aborda e analisa as concepções sobre a ciência do filósofo marxista húngaro György Lukács (1885-1971) e de seus intérpretes brasileiros, sob uma visão ontológica do ser social e a sua relação com o conhecimento científico. Constata-se que os intérpretes brasileiros da ontologia de Lukács têm construído um referencial teórico significativo sobre o método marxiano e a pesquisa no conhecimento científico, o qual se constitui numa ruptura com o chamado "método científico" da perspectiva gnosiológico-cientificista. Portanto, acredita-se possuir um referencial teórico adequado, do ponto de vista da classe trabalhadora, para a apropriação e análise do conhecimento científico em todas as áreas da ciência.

Palavras chave: Lukács; conhecimento científico; ontologia marxiana.

LUKÁCS' REFLECTIONS ON SCIENTIFIC KNOWLEDGE

ABSTRACT

The paper discusses and analyzes concepts about science formulated by the Hungarian Marxist philosopher György Lukács (1885-1971) and his Brazilian performers, in an ontological vision of social being and its relation to scientific knowledge. It appears that Brazilian interpreters of ontology Lukács ontology have built a significant theoretical framework of the Marxian method and research in scientific knowledge, which constitutes a break with the so-called "scientific method" of scientific-gnosiologic perspective. Therefore, it is believed to possess an appropriate theoretical framework, from the standpoint of the working class, for the appropriation and analysis of scientific knowledge in all areas of science.

Keywords: Lukács; Scientific knowledge; Marxian ontology.

RESUMEN

En este trabajo se discute y analiza los conceptos sobre la ciencia del filósofo marxista húngaro György Lukács (1885-1971) y sus intérpretes brasileños, en una visión ontológica del ser social y su relación con el conocimiento científico. Constata-se que los intérpretes brasileños de la ontología de Lukács ha construido un marco teórico importante del método marxista y la investigación en el conocimiento científico, lo que constituye una ruptura con el llamado "método científico" de la perspectiva científicista gnosiológica. Por lo tanto, se cree que posee un marco teórico apropiado, desde el punto de vista de la clase obrera, por la apropiación y el análisis del conocimiento científico en todos los ámbitos de la ciencia.

Palabras clave: Lukács; el conocimiento científico; ontología marxista.

¹ Professor Associado do Departamento de Biologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: argus@db.ufrpe.br

Introdução

Para o filósofo Phill Gasper (1998), a ciência não é só importante para os marxistas, o marxismo também é importante para a ciência. Desde que intenta oferecer um marco abrangente para compreender a sociedade humana e, mais do que qualquer outra coisa, a ciência é um produto da sociedade humana.

Assim, os marxistas rechaçam a visão de que a ciência pode ser compreendida adequadamente fazendo-se abstração das circunstâncias histórico-sociais nas quais se desenvolve. Ao mesmo tempo, os marxistas divergem da atual posição da moda relativista de que a ciência é meramente uma construção social, simplesmente um ponto de vista entre muitos, que carece de qualquer validade objetiva.

Há uma excelente tradição do pensamento marxista sobre a ciência, desde os escritos de Marx e Engels, as contribuições de Lenin, Trotsky e Boris Hessen², até os trabalhos de cientistas contemporâneos, tais como Richard Lewontin, Steven Rose e o biólogo dialético Stephen Jay Gould. O marxismo proporciona conhecimentos essenciais da natureza e da ciência moderna inacessíveis sob qualquer outra perspectiva e proporciona a base para apreciar seus êxitos ou analisar criticamente suas debilidades. Mas isso não é suficiente. O marxismo não é simplesmente uma teoria para contemplar o mundo. É uma arma revolucionária que tem como objetivo a derrubada do sistema capitalista. A crítica marxista da ciência atual é simultaneamente um chamado para sua transformação e um chamado para libertação das limitações ideológicas e materiais de uma sociedade baseada em proveito de uns poucos. “Os filósofos só tem interpretado o mundo de diferentes maneiras; a questão é, não obstante, transformá-lo” (GASPER, 1998).

² Boris Mikhailovich Hessen (1893-1936) físico, filósofo e historiador da ciência soviético. Ficou conhecido pela sua comunicação sobre a obra *Principia* de Newton, que se tornou uma pedra basilar na história da ciência. Durante a Revolução Russa, serviu no Exército Vermelho durante a guerra civil e foi membro do Conselho Militar Revolucionário (1919-1921). Continuou os seus estudos de física em vários locais, acabando por se graduar pelo Instituto dos Professores Vermelhos em Moscou, no ano de 1928. Depois de trabalhar neste instituto por mais dois anos, tornou-se professor de física e catedrático do departamento de física da Universidade Estatal de Moscou em 1931. Em 1933 foi eleito membro da Academia das Ciências da Rússia. Em 1931, Hessen apresentou a sua famosa comunicação "As Raízes Sócio-Económicas dos Principia de Newton" no Segundo Congresso Internacional de História das Ciências, que teve lugar em Londres. Este trabalho, tornou-se seminal na história da ciência e conduziu aos estudos modernos sobre as revoluções científicas e a sociologia da ciência. De 1934 a 1936 Hessen foi o diretor deputado do Instituto de Física em Moscou. Durante o regime estalinista, foi preso e julgado secretamente sob a acusação de terrorismo por um tribunal militar. Foi condenado a 20 de dezembro de 1936 e executado por um esquadrão de fuzilamento no mesmo dia.

Nessa perspectiva o presente trabalho aborda e analisa as concepções sobre a ciência do filósofo marxista húngaro György Lukács (1885-1971) e de seus interpretes brasileiros, sob uma visão ontológica do ser social e a sua relação com o conhecimento científico.

A problemática inicial do conhecimento: prioridade do sujeito ou do objeto?

Escreve Lukács nos *Prolegômenos*:

Hoje, uma tentativa de realmente reconduzir o pensamento do mundo para o ser só pode suceder pelo caminho do redespertar da ontologia do marxismo. Mas para isso seria necessária uma crítica de princípios de todo o período passado. É preciso reconhecer que a teoria do conhecimento é filosoficamente incapaz de realmente compreender os problemas ontológicos na ciência (LUKÁCS, 2010, p.64).

Nesse caminho apontado pelo filósofo húngaro, coloca-se inicialmente que, a problemática do conhecimento se resume, em seus termos mais essenciais, à relação entre um sujeito e um objeto. Nessa relação, o peso maior (prioridade) pode estar do lado do sujeito ou do objeto. No primeiro caso teremos um ponto de vista gnosiológico. No segundo caso, um ponto de vista ontológico. Trata-se, portanto, aqui, da resposta à pergunta: quem é o polo regente do processo de conhecimento?

Para os pensadores que se situam no interior do campo do gnosiológico positivista, essa pergunta, tem uma resposta óbvia, porque é absolutamente claro que quem produz conhecimento é o indivíduo singular. Ele pode até trabalhar coletivamente, porém a responsabilidade última da produção do conhecimento recai sobre o indivíduo singular. Pois o indivíduo singular, nessa concepção, precede ontologicamente a sociedade. Disso resulta que a sociedade é o resultado das relações que esses indivíduos, ontologicamente anteriores a ela, estabelecem entre si. Isso faz com que a relação entre indivíduo (singular) e sociedade (universal) se realize sem que as mediações particulares (diversos grupos sociais) tenham um peso significativo. Em particular, essa forma de conceber a relação entre indivíduo e sociedade cancela uma das mediações reais mais importantes e decisivas: as classes sociais. A racionalidade é uma qualidade inata, ou seja, uma qualidade da qual todos são portadores por nascimento. Nesse sentido, a razão é uma faculdade transhistórica. Todos os homens são portadores dela. Apenas fazem uso diferente em momentos históricos diferentes. Por isso mesmo, quem produz o conhecimento

é o indivíduo singular, sendo as suas qualidades subjetivas as responsáveis últimas por aquilo que é efetivado (TONET, 2013).

Entretanto, para o autor, a justa compreensão da problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre com o conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais.

Uma abordagem realmente crítica da problemática do conhecimento é enormemente dificultada, hoje, porque o estudo da metodologia científica parte dos mesmos pressupostos que sustentam o cientificismo positivista. Esses pressupostos configuram uma abordagem gnosiológica, isto é, uma abordagem que tem no sujeito o polo regente do conhecimento.

Escreve Lukács sobre essa abordagem:

O positivismo do início do século já fora muito mais a fundo nesta direção do que as correntes que o haviam precedido. A gnosiologia de Avenarius, por exemplo, excluía completamente a realidade existente em si, ao passo que as grandes revoluções que se iniciavam nas ciências da natureza pareciam oferecer um fundamento à completa exclusão das categorias ontológicas decisivas como, sobretudo, a matéria, da gnosiologia científico-positivista e da metodologia das ciências naturais (LUKÁCS, 2012, p.47).

No mesmo sentido, escreve nos *Prolegômenos*:

O moderno neopositivismo, em seu período de florescimento, qualificou toda indagação sobre o ser, até mesmo qualquer tomada de posição em relação ao problema de saber se algo é ou não é, como uma insensatez inoportuna e anticientífica (LUKÁCS, 2010, p.30).

E também, na mesma obra, sobre os fundamentos ideológicos da cientificidade:

Para nos atermos apenas aos fundamentos ideológicos da cientificidade como método que funda a práxis, podemos dizer que determinada disposição à tolerância, forçada pelas circunstâncias econômicas e políticas, também existia no lado oposto até certo grau, nos próprios elementos relativamente progressistas; pensemos na posição do cardeal Bellarmino³

³ Lukács refere-se à postura do Cardeal Bellarmino (o jesuíta Roberto Francesco Romolo Bellarmino (1542-1621) foi cardeal inquisidor, teólogo católico italiano) diante dos textos de Galileu, de 1615, em que o cardeal lembrava a Galileu que não poderia afirmar que a nova astronomia não era matéria de fé, visto que nas Sagradas Escrituras há passagens que descrevem os fenômenos astronômicos. Estava, no entanto, disposto a rejeitar a leitura tradicional da Bíblia se houvesse uma demonstração verdadeira de que o Sol se encontrava no centro do universo. Caso isso fosse possível, Bellarmino admitia a necessidade de critérios cuidadosos para explicar esse ponto nas Escrituras e conclui: "é melhor afirmar que nós não compreendemos o que ocorre, a ter que dizer que algo é falso e foi provado". Galileu, ao contrário do cardeal, sempre insistiu que não poderia haver nenhuma contradição entre as verdades da ciência e as verdades da fé.

no caso Galileu [...]. Não admira – embora seja antes de tudo uma necessidade do desenvolvimento – que um compromisso ideológico expresso na pergunta “o que faz a ciência científica?” se tornasse uma questão central da ideologia burguesa, séculos a fio, em especial na fundamentação filosófica da cientificidade das ciências. Enquanto o próprio Galileu ainda expressava de forma ingenuamente ontológica seu método científico e seus resultados, logo a seguir, já com Descartes, a teoria crítica do conhecimento assumiria o ponto central do método filosófico e manteria sua predominância de maneira cada vez mais fortalecida e decidida, até os nossos dias (LUKÁCS, 2010, p.60).

Escreve mais adiante:

Só a produção capitalista foi profundamente inclinada e capacitada econômica e socialmente a constituir para suas finalidades, de forma consciente, uma ciência particular no sentido atual. Nas crises espirituais dos tempos de transição, a ligação das ciências com as questões gerais da concepção de mundo era ainda muito intensa. Não tivesse esgotado os conflitos assim originados, a ciência jamais teria conseguido sua independência, necessária para a indústria. Mas, assim que esta foi obtida, essa ligação inicial com questões de concepção de mundo pôde aos poucos desaparecer. Nasceram, também, por exigências científicas, ciências particulares nas quais essas questões indispensáveis para a práxis econômica puderam ser resolvidas com base em métodos científicos. Embora tivessem seu conteúdo voltado sobretudo para a práxis, tendencialmente, adquiriram maior independência em relação à possibilidade de compatibilizar o ponto de partida, método e pôr do fim com a problemática geral da imagem do mundo [...] Não devemos, porém, esquecer que o primeiro avanço irreversível da cientificidade moderna está no início da dominação da produção capitalista (LUKÁCS, 2010, p.58-59).

A gnosiologia é o estudo da problemática do conhecimento. Nesse caso, portanto, o conhecimento é o objeto a ser estudado, assim como poderia ser qualquer outro objeto. Deste modo, o próprio conhecimento (*gnosis*, em grego) pode ser abordado de um ponto de vista gnosiológico ou de um ponto de vista ontológico.

Por sua vez, a ontologia é o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe. A ontologia poder ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou o ser social.

Ou como escreve Augusto (1999), o campo ontológico consiste nas relações e processos efetivos. Trata-se do campo da práxis, do campo que se coloca geneticamente a partir da experiência, constituindo o complexo de relações que formam a existência objetiva. Já o campo epistemológico é composto pelos processos e relações constitutivos da atividade de conhecimento em si mesma, ou seja, diz respeito à própria internalidade do discurso e da prática científica.

Escreve Lukács:

Se a ontologia é negada por princípio ou pelo menos considerada irrelevante para as ciências exatas, a consequência obrigatória é que a realidade existente em si, a sua forma de espelhamento hoje predominante na ciência e as hipóteses daí derivadas – que praticamente se aplicam pelo menos a determinados grupos de fenômenos – são homogeneizadas em uma única e mesmíssima objetividade. (Os pesquisadores que instintivamente refutaram este tipo de nivelamento foram estigmatizados com a denominação de “realistas ingênuos”) (LUKÁCS, 2012, p.47).

Na perspectiva ontológica há uma articulação entre sujeito coletivo (as classes sociais) e sujeito singular (indivíduos), sendo o primeiro o elemento fundamental.

Para Tonet (2013), o mundo que surge na modernidade faz com que o indivíduo singular se defronte com uma realidade que já não possui aquele ordenamento imutável suposto pelos gregos e medievais. Ordenamento este que poderia ser captado apenas pela razão ao afastar os dados imediatos. Admite-se, certamente, que o mundo tem uma ordem e que essa ordem é regida por leis naturais. A captura dessa ordem, porém, implica uma mediação que nos impede o acesso efetivo a ela. A mediação entre a objetividade (o mundo) e a subjetividade (a razão) é feita através dos dados colhidos pelos sentidos. Mas, esses, são singulares, parciais, múltiplos, heterogêneos e mutáveis. Desse modo, jamais poderemos ter acesso à realidade em si mesma. Como muito bem constatou Kant, nós só podemos ter acesso à realidade como ela é para nós, não como ela é em si mesma. Por isso mesmo, somos nós que construímos, teoricamente, o objeto. Passando por cima do debate travado entre os vários tipos de empirismo e os seus críticos, poderíamos dizer que o percurso geral é este: elaboração de hipóteses (um livre desenvolvimento do espírito), colheita de dados empíricos, organização, classificação, análise e elaboração de uma teoria explicativa como coroamento de todo este processo. Como consequência, o resultado final não é o objeto real, teoricamente traduzido, mas um objeto teoricamente construído. Essas duas simples expressões – traduzido ou construído – traduzem a abissal diferença entre a abordagem da problemática do conhecimento a partir de uma perspectiva ontológica e gnosiológico, respectivamente.

Pode-se, assim, perceber, que a realidade, nessa perspectiva, é constituída pelos dados empíricos. Esses elementos empíricos, enquanto empíricos, mesmo sendo partes, são reais. E, de fato, eles são a única realidade à qual o pensador tem acesso. Não existe, portanto, uma essência oculta da qual os dados empíricos seriam a manifestação e à qual nós poderíamos ter acesso por intermédio da razão.

O sentido dos dados, que também podem ser chamados de fatos ou fenômenos, esgota-se neles mesmos. Eles são o componente mínimo último da realidade.

Por outro lado, a realidade não é apenas definida como o conjunto dos dados empíricos. Sua forma atual (quanto à realidade social) também é afirmada como sendo a forma definitiva. Vimos antes que é suposto que a forma da sociabilidade moderna é aquela que está de acordo com a verdadeira natureza humana. Desse modo, não haveria sentido em buscar um conhecimento que contribuísse para a construção de uma forma de sociabilidade radicalmente diferente desta. O conhecimento deve ter apenas por finalidade permitir o aperfeiçoamento dessa forma de sociabilidade.

Em terceiro lugar, e agora considerando o processo propriamente dito do conhecimento, ou seja, a sua efetivação concreta, temos a regência do sujeito sobre o objeto nesse processo; a construção do objeto pelo sujeito; o predomínio do formalismo; a definição de verdade não como adequação, correspondência, representação ou reflexo (mesmo que ativo), mas, como coerência e consistência do discurso; o rigor metodológico e a intersubjetividade como critérios de verdade.

Da natureza do sujeito, indivíduo singular e suas consequências, da regência do sujeito no processo de conhecimento e do caráter não radicalmente histórico da realidade social atual brota a exigência da neutralidade do conhecimento científico. Se o sujeito do conhecimento é o indivíduo singular (eliminada a mediação das classes sociais); se a sociedade é o resultado das relações entre indivíduos que a precedem ontologicamente; se a sociedade moderna é a forma mais adequada de sociabilidade humana, então é inteiramente coerente afirmar que a produção do conhecimento deve ter como objetivo o bem de toda a sociedade e não de qualquer grupo em particular. Daí porque o cientista deve envidar todos os esforços para impedir que outros interesses que não a pura e desinteressada e neutra busca da verdade interfiram na produção do conhecimento científico.

As duas características acima explicitadas, natureza do sujeito e natureza do objeto, tem como consequência a regência do sujeito no processo de conhecimento. Se os dados empíricos são o componente último e irreduzível da realidade não há como fugir da necessidade de classificá-los, ordená-los, relacioná-los e extrair deles as regularidades que expressarão as leis que os regem. Ora, somente o sujeito pode fazer essas operações. Somente ele pode estabelecer uma ordem no caos dos

dados empíricos. Desse modo, a ordem que será expressa pela teoria finalmente elaborada não será – porque não pode ser – a ordem efetivamente existente no mundo real, mas o ordenamento construído pelo sujeito a partir do trabalho sobre os dados empíricos.

Outra consequência que decorre daquelas duas características é a definição gnosiológica de verdade. Se não é possível existir uma correspondência entre o conhecimento e a realidade efetiva, a verdade de uma teoria só pode ser definida como coerência e consistência internas do discurso. Do mesmo modo, os critérios de verdade deverão ser o rigor metodológico (o cuidado na execução dos passos exigidos pelo método, a vigilância quanto à intervenção de elementos estranhos ao conhecimento) e a intersubjetividade. O rigor metodológico expressa o formalismo que caracteriza o método científico moderno, pois é unicamente a forma e não o conteúdo que garante, na medida em que pode garantir, o sucesso do conhecimento. Por sua vez, a intersubjetividade, ou seja, o debate entre os cientistas é a maneira de tentar escapar do relativismo, consequência que brota da não existência de parâmetros objetivos para a validação do conhecimento.

Na perspectiva gnosiológica foi estabelecida uma profunda cisão entre filosofia e ciência. A autonomização das diversas ciências retirou da filosofia o papel primordial que ela exercia desde a Antiguidade até quase o final da Idade Média. A produção do conhecimento verdadeiro, isto é, empiricamente comprovável, passava a ser tarefa das diversas ciências particulares. À filosofia reservou-se, apenas, o papel de discutir a problemática relativa aos fundamentos do conhecimento ou, então, a tarefa de fazer um resumo geral a partir dos conhecimentos obtidos pelas ciências particulares. Ali terminava sua relação com a produção do conhecimento científico. O papel da filosofia era apenas de vigilância epistemológica e de síntese geral (TONET, 2013).

Escreve Lukács sobre esse problema:

A afirmação filosófica de Marx, portanto, tem aqui a função de crítica ontológica de algumas falsas representações; pretende despertar a consciência científica, com o intuito de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em-si. Esse modo de apresentação do próprio pensamento é típico na estrutura interna das obras do Marx da maturidade. É uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, não pretende jamais abandonar o nível da ciência, mas que, apesar disso, em cada comprovação singular de fatos, em cada reprodução ideal de uma conexão concreta, sonda continuamente a totalidade do ser social e, com tal metro, avalia a realidade e o significado de cada fenômeno singular. [...] Acreditamos que, desse modo, Marx criou

uma nova forma tanto de cientificidade geral quanto de ontologia, uma forma destinada, no futuro a superar a constituição profundamente problemática – apesar de toda a riqueza de fatos descobertos por seu intermédio – da cientificidade moderna (LUCKÁS, 1992, p.102).

No mesmo sentido, escreve nos *Prolegômenos*: “Mas isso significa, falando metodologicamente, nada mais, nada menos, que todo o conhecimento científico deve se orientar pelo conhecimento filosófico, e todo conhecimento filosófico pelo científico” (LUKÁCS, 2010, p.308).

Uma ontologia do ser social (filosofia) é, pois, condição prévia para a resolução das questões relativas ao conhecimento. Além disso, essa ontologia também é condição imprescindível para, em interação com a ciência, produzir um conhecimento adequado da realidade social. Na perspectiva ontológica marxiana, filosofia e ciência não são dois momentos separados ou apenas superficialmente relacionados. São dois momentos intrinsecamente articulados, que, sem perder a sua especificidade, constituem uma unidade indissolúvel no processo de produção do conhecimento científico.

Nesse sentido, escreve Chasin:

A dialética instaura sua gnosiologia a partir do instante em que ela descobre no homem efetivo, não no homem especialista, no homem filósofo, no homem intelectual, mas no homem comum, no homem na sua cotidianidade, a partir desse homem que trabalha, e eu grifo a palavra trabalha, é que instaura a problemática gnosiológica. Sendo a ciência, a filosofia, enfim as formas superiores do espírito resultado dessa gênese na cotidianidade, produto de um distanciamento, produto de uma autonomização do espírito em relação ao cotidiano, há uma independentização deste pensamento. Sobre isto voltaremos. Eu quis apenas caracterizar aqui a diferença de raiz entre uma gnosiologia de ordem marxista e uma gnosiologia de ordem não marxista. Enquanto uma parte do laboratório a outra parte da condição histórico-concreta do homem efetivo, não do homem especulativo (CHASIN, 1988).

Todas as dimensões da atividade humana tem sua matriz no trabalho. Cada uma, porém, tem uma função específica na reprodução do ser social. Assim sendo, cabe perguntar qual a função específica que esse tipo de conhecimento científico desempenha na reprodução do ser social. A resposta a essa pergunta passa pela compreensão da natureza da categoria do trabalho. Vimos que este é composto de teleologia e causalidade. Ora, para atingir o fim desejado (teleologia) é preciso conhecer a causalidade, isto é, o objeto (natural) a ser transformado. Em princípio, portanto, sem levar em conta ainda outros fatores, quanto mais verdadeiro for o conhecimento que se tem do objeto, maior será a probabilidade de atingir o fim pretendido. Disso deriva a finalidade essencial do conhecimento científico:

reproduzir a realidade, como ela é, em si mesma, do modo mais fiel possível (conhecimento como reflexo).

Lessa (2012), baseado em Lukács, afirma que a “busca dos meios” compreende um impulso imanente à captura da legalidade do em-si existente e, exatamente nesse sentido, “é o ponto pelo qual o trabalho se conecta com a origem do pensamento científico” e no mesmo sentido, “a investigação dos objetos e processos naturais é constituída, por sua essência, mesmo que por longo tempo disso não se tenha consciência, por atos cognoscitivos reais, e portanto, compreende em si, desde o início, a gênese da ciência”, como um complexo da totalidade social, com a predominância da totalidade em seu desenvolvimento, articulada a uma autonomia relativa enquanto complexo particular, que cumpre uma função social específica: *é a mediação que fixa e desenvolve o conhecimento acerca da natureza ao longo da história*. Sua autonomia específica se expressa no fato de este complexo social possuir uma história própria, que apenas existe no interior do desenvolvimento socioglobal, mas que, nem por isso deixa de exibir uma relativa autonomia em relação à totalidade social (LESSA, 2012, p. 76, grifos nossos).

Ainda escreve o autor, que uma peculiaridade da ciência diante da consciência cotidiana está na exigência de universalidade de suas categorias. Como todo ente ou setor da realidade é participe da totalidade do ser-precisamente-assim existente, todo conhecimento, por mais específico a uma objetivação, é portador de uma dimensão universal que pode ser generalizada em ciência. Pois, o impulso à generalização do conhecimento do ser-precisamente-assim existente compõe a gênese da ciência. Essa relação entre a gênese do pensamento científico e a práxis cotidiana se mantém mesmo após a constituição do pensamento científico enquanto um complexo específico do ser social. Aqui também, como em todos os complexos sociais, a cotidianidade é a mediação real que articula a particularidade de cada uma das esferas sociais com a totalidade social à qual pertencem (LESSA, 2012, p.78).

Nessa perspectiva, escreve Lukács sobre a influência do trabalho na gênese das ciências naturais:

A própria história atual da ciência, embora aborde muito raramente esse problema com plena consciência, faz referência a numerosos casos nos quais leis gerais, extremamente abstratas, se originaram da investigação referente a necessidades práticas e ao melhor modo de satisfazê-las, ou seja, da tentativa de se encontrar os melhores meios no trabalho. Mas, mesmo sem levar isso em conta, a história mostra exemplos nos quais as aquisições no trabalho, elevadas a um nível maior de abstração – e já vimos como tais generalizações se verificam necessariamente no processo de

trabalho - , podem se converter em fundamentos de uma consideração puramente científica da natureza. Uma tal gênese da geometria é, por exemplo, universalmente conhecida. [...] Bernal se refere baseado em estudos especializados efetuados por Needhan. Somente depois da invenção da roda, diz Bernal, foi possível imitar com exatidão os movimentos rotatórios do céu ao redor dos polos. Parece que a astronomia chinesa se originou dessa ideia de rotação [...]. *É, portanto, a partir da tendência intrínseca de autonomização da investigação dos meios, durante a preparação e execução do processo de trabalho, que se desenvolve o pensamento cientificamente orientado e que mais tarde se originam as diferentes ciências naturais.* Naturalmente, não se trata da gênese única de um novo campo de atividade a partir do anterior. Na realidade, essa gênese continuou a repetir-se, ainda que de formas muito diversas, através de toda a história da ciência até hoje. *Os modelos de representação que estão por trás da hipóteses cósmicas, físicas, etc. são – em geral inconscientemente – determinados também pelas representações ontológicas que vigoram na respectiva cotidianidade, que, por sua vez, se ligam estreitamente às experiências, aos métodos, aos resultados do trabalho atuais em cada oportunidade. Algumas grandes mudanças científicas tiveram suas raízes em imagens do mundo que pertenciam à vida cotidiana (ao trabalho), as quais, tendo surgido pouco a pouco, num determinado momento apareceram como radicalmente, qualitativamente, novas.* A condição hoje dominante, onde o trabalho preparatório para a indústria é fornecido por já ciências diferenciadas e amplamente organizadas, pode esconder para muitos essa situação, mas do ponto de vista ontológico nada mudou essencialmente; seria até interessante considerar mais de perto, ontológico-criticamente, as influências desse mecanismo preparatório sobre a ciência (LUKÁCS, 2013, pp.60-61, grifos nossos).

Deve-se a Engels, segundo Lukács (2013), a colocação do trabalho como fundante do salto qualitativo que nos tornou seres sociais, ou seja, o trabalho enquanto o elemento responsável pela “humanização do homem”. Inclusive, Engels já alertava para a extrema lentidão desse processo, embora se trate de uma ruptura, de um salto. Esse gerou mudanças qualitativas e estruturais no ser, “... onde a fase inicial certamente contém em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem desenvolver-se a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser.” Engels é o responsável por nos fazer compreender que a sociabilidade e a linguagem derivam, imediatamente, do trabalho.

Assim, escreve, sobre o papel do trabalho:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 1977).

O método da pesquisa científica na perspectiva ontológica marxiana

Quando se fala em método científico pensa-se imediatamente na ciência moderna, vale dizer, na forma de produzir ciência que foi estruturada a partir da modernidade e que teve em Bacon, Galileu, Copérnico, Kepler, Newton, Descartes e Kant, alguns dos seus mais eminentes representantes (TONET, 2013).

Esta maneira de abordar a questão do método se tornou tão avassaladora, até pelos resultados obtidos por seu intermédio, que método científico se tornou, pura e simplesmente, sinônimo de método científico moderno. Que, por sua vez, se tornou sinônimo de caminho único e adequado de produzir conhecimento verdadeiro. Fora dele existiriam crenças, ideologias e superstições (TONET, 2013).

Não será o método, elaborado prévia e autonomamente pelo sujeito, que irá prescrever como se deve proceder. Pelo contrário, será a realidade objetiva (o objeto), no seu modo próprio de ser, que indicará quais devem ser os procedimentos metodológicos. Esta afirmação é uma consequência da prioridade do objeto sobre o sujeito. Também é uma decorrência da função social do conhecimento científico. A prioridade do objeto (o real) sobre o sujeito (o ideal) impõe que, para conhecê-lo, este último transforme o concreto real em concreto pensado (ideal). Não se trata, portanto, como no método científico moderno, de construir teoricamente um objeto com os materiais oferecidos pelos dados empíricos, mas de traduzir, sob forma teórica, o objeto na sua integralidade. A função social desse tipo de conhecimento é a reprodução da realidade como ela é em si mesma, ainda que sempre de modo aproximado. É, pois, esta mesma realidade que deve indicar os procedimentos a serem seguidos para conhecê-la.

O pensador marxista José Paulo Netto (2011, p.22) apresenta que o objetivo de um pesquisador deve ser a distinção entre “aparência e essência”, ou seja, é apreender a essência (a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa frase, o método de pesquisa que, por meio de procedimentos analíticos, propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Feito isso e operando a sua síntese, o pesquisador reproduz, no plano do pensamento, ou seja, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. Em toda pesquisa, parte-se da aparência e conforme avança a análise sobre a pesquisa, chega-se a conceitos e novas abstrações.

Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador. Para Marx, o objeto da pesquisa tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011).

A prioridade e a regência do objeto ou, mais rigorosamente, da coisa enquanto tal do entificado real ou ideal em sua autonomia do ato cognitivo em todo processo do conhecimento. A prioridade da coisa, em seu irremediável e incontornável *por-si*, é que se afirma, segundo Chasin, por toda a obra marxiana (CHASIN, 1995, p. 508).

A realidade não é um construto subjetivo, embora a sua apreensão implique necessariamente a participação da subjetividade. Na perspectiva marxiana, a realidade objetiva tem uma existência independente da consciência e, portanto, tem uma prioridade sobre a subjetividade. Pode existir objeto (realidade objetiva; coisa) sem sujeito, mas não pode existir sujeito sem objeto. Uma mesa é uma mesa, independente de ser conhecida. Ela é resultado da atividade humana. Como tal, sua existência implica a intervenção do conhecimento. Sua transformação, porém, em objeto de conhecimento não altera a sua natureza. Do mesmo modo, a sociedade é sempre resultado da práxis humana. Por sua definição, esta é sempre uma síntese entre subjetividade e objetividade. Conhecer, por sua vez, é transformar os resultados dessa síntese – os fenômenos sociais – em objeto de conhecimento. Isso mostra, claramente, a prioridade ontológica da objetividade (do objeto) sobre a subjetividade (sujeito) no processo de conhecimento (TONET, 2013).

Numa perspectiva de cunho ontológico, é o objeto que se põe no centro do processo de conhecimento. Ao contrário do padrão moderno de conhecimento, cujo pólo regente é o sujeito, para a perspectiva ontológica marxiana é o objeto que

direciona o conhecimento. Não se trata de construir o objeto, mas reconstruí-lo por sucessivas aproximações. Trata-se de traduzir idealmente o que de fato o objeto é. Aí temos o resgate da dimensão da totalidade.

Só é possível conhecimento científico porque existem leis, regularidades que regem a realidade. Se a realidade fosse inteiramente caótica, se os momentos que a compõem não tivessem nenhuma ordenação, se o fluxo dos acontecimentos fosse inteiramente aleatório, não poderia haver conhecimento. É porque a realidade não é caótica e aleatória que o conhecimento é possível.

Uma segunda constatação que decorre da ontologia do ser social é que há uma conexão íntima entre conhecimento e prática social. Conhecer não é simplesmente contemplar. Conhecer não é refletir a imediatez do objeto. Conhecer é um momento do processo de transformação da realidade, seja ela natural ou social. O conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade. Ele é, além disso, uma mediação absolutamente indispensável para a autoconstrução do ser humano (TONET, 2013).

No processo de conhecimento, há uma prioridade do objeto sobre o sujeito; que o conhecimento científico é a tradução teórica do objeto. Isto significa que a subjetividade deve subordinar-se à objetividade. Vale dizer, não é o sujeito que organiza o objeto, mas, ao contrário, o objeto que organiza o sujeito.

Isto porque o objeto tem uma natureza e uma lógica próprias. Esta natureza e esta lógica devem ser respeitadas. E, na medida em que esta natureza e esta lógica são resultado de um processo histórico-social, é imperativo que o sujeito deva reconstruir teoricamente este processo se pretende conhecer o objeto. De novo, ao contrário da perspectiva gnosiológica cientificista, que afirma ser o objeto uma construção teórica do sujeito, na perspectiva ontológica o conhecimento é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos diversos elementos que o constituem.

Marx, ao demarcar o seu método em relação ao método hegeliano:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 1975, p.16).

Na perspectiva marxiana, o rigor, a vigilância, a seriedade e os procedimentos intersubjetivos são necessários, mas não suficientes. Existe outra condição que intervém decisivamente na elaboração do conhecimento. Trata-se do ponto de vista de classe. Mesmo que desconhecida ou rejeitada, essa condição sempre esteve presente desde que existem classes sociais. Na perspectiva ontológica marxiana, porém, esta condição é admitida de modo claro e explícito. Essa admissão é ainda mais clara quando se trata da perspectiva da classe trabalhadora, pois esta é afirmada, a partir da entrada em cena do proletariado, como condição essencial para a produção do conhecimento mais verdadeiro possível (TONET, 2013).

Duas são, portanto, numa perspectiva ontológica, as condições essenciais para a produção de um conhecimento, o mais verdadeiro possível, em cada momento histórico: a capacidade, o empenho e o rigor do indivíduo, de um lado e, de outro, o ponto de vista de classe. Ambas as condições são indispensáveis.

O cientificismo positivista rejeita inteiramente a perspectiva de classe, vale a pena enfatizar o seu caráter absolutamente ineliminável. Independente de ser admitida conscientemente, e mesmo quando explicitamente rejeitada, ela sempre intervém no processo de conhecimento, pois não pode haver neutralidade axiológica numa sociedade perpassada pelo antagonismo das classes sociais.

Sobre o método marxiano, José Paulo Netto faz uma exposição a partir da crítica às apropriações problemáticas e/ou equivocadas da obra de Marx. Tais apropriações, conjuntamente com as adulterações de sua teoria, partiram, em síntese, tanto dos seus seguidores, como de seus adversários e detratores. No campo marxista, as deformações da teoria de Marx tiveram por base as influências positivistas, principalmente nas compreensões de dois pensadores da Segunda Internacional Comunista: Plekhanov (1856-1918) e Kautsky (1854-1938). Tais influências se agravaram durante a Terceira Internacional Comunista culminando com a ideologia estalinista. O resultado disso foi uma representação “simplista da obra marxiana: uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face à sociedade (o materialismo histórico)” (NETTO, 2011, p.12).

Desta deformação da teoria de Marx, um dos principais aspectos que se apresentam são as posições que dizem que a teoria de Marx coloca em primeiro lugar a questão econômica. Tal concepção reducionista nada tem a ver com o

pensamento de Marx. Delas resultou uma representação simplista e vulgar da obra marxiana⁴: uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (o materialismo histórico). Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos “princípios fundamentais” do materialismo dialético e do materialismo histórico, sendo a lógica dialética “aplicável” indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas leis (as célebres “leis da dialética”) para assegurar o bom andamento das pesquisas (NETTO, 2011).

Para Augusto (1999), longe das deformações do marxismo vulgar, o método proposto por Marx apresenta como primeiro passo a apreensão da experiência imediata, do todo caótico em que está oculto o movimento. Os dados da experiência imediata são organizados e suas representações são elaboradas em conceitos, em abstrações de caráter cada vez mais geral. O passo seguinte consiste em desenvolver tais abstrações em um número cada vez maior de determinações. Esse conjunto de determinações é aquilo que constitui o concreto, concreto que é resultado do processo de investigação e de conhecimento da realidade.

Essa dupla caminhada que leva ao concreto pensado. Destaque-se que a peculiaridade da jornada metodológica marxiana se encontra na presença, em todos os seus momentos, da crítica ontológica e vinculado a esta, da natureza das abstrações. Pois o primeiro passo consiste em absorver as entificações singulares imediatamente dadas e questionar suas condições de possibilidade. Tais condições, que estão realmente postas no objeto, no material apreendido pela intuição e pela representação revelam elementos determinantes comuns; elementos esses que,

⁴ Segundo Hobsbawm (1998), o marxismo vulgar, possui sete características interpretativas: primeira, uma interpretação economicista da história. A economia é o fator fundamental do qual os demais seriam apenas reflexos. Segunda, o modelo de “base e superestrutura”, usado como simples relação de dependência da primeira sobre a segunda. Terceira, a superestrutura era explicada simplesmente pelo interesse de classe e pela luta de classes. Quarta, defesa de leis históricas e inevitabilidade histórica. Acreditava-se acertadamente no desenvolvimento sistemático e necessário da sociedade humana na história, com exclusão do contingente em longo prazo. Só que isso acabava por cair numa regularidade rígida e imposta de determinismo mecânico, a ponto de não admitir alternativas na história. Quinta, os temas de investigação da história derivavam dos próprios interesses de Marx; ou então (sexta), dos movimentos sociais animados por sua teoria. Sétima, a natureza e os limites científicos da historiografia eram justificados pela história economicista, supostamente estes serviam para explicar motivações e métodos de historiadores que diziam fazer a busca pela verdade de maneira imparcial.

coletados, reunidos e provisoriamente isolados uns dos outros, formam as abstrações.

Em outras palavras, trata-se do trabalho de investigação das abstrações por meio da crítica. Não se trata da elaboração de hipóteses, pressupostos genéricos de uma construção lógica que não necessariamente guarda vínculo com a efetividade. Nem mesmo da generalização de séries empíricas. As abstrações emergem do embate com o objeto, do tratamento dos dados imediatos com a ferramenta da crítica ontológica. As abstrações são um resultado da investigação.

Enquanto para as diferentes variações do método dedutivo a compreensão de qualquer fenômeno tem como pré-requisito o entendimento de uma lógica abstrata, de um conjunto de pressupostos e hipóteses os quais se aplicam ao objeto em questão, no método marxiano o pressuposto de todo entendimento claro e racional de um objeto é a investigação.

Então o caráter das abstrações, resultado da investigação é matéria-prima da exposição. Trata-se aqui de universais efetivos. O conhecimento ontologicamente fundado deve reproduzir o processo efetivo de abstração que se dá no âmbito da realidade social, independente dessa abstração ter sido realizada também pela consciência. A abstração, portanto, não é uma criação da mente do investigador que lhe permita manipular o objeto, mas sim um fato tão real quanto os da imediaticidade fenomênica.

Uma vez extraídas as abstrações do processo de investigação, cabe desenvolvê-las para se ter o "concreto pensado". Essa segunda caminhada constitui o processo de exposição, que consiste no trabalho de determinação das abstrações, na sua articulação e delimitação. A natureza do objeto vai determinar as proporções e modos de articulação entre as abstrações na configuração do concreto pensado. Em outras palavras, trata-se agora de utilizar novamente a ferramenta da crítica ontológica, desta vez na matéria-prima das abstrações, moldando-as na produção do concreto pensado.

A primeira questão, a esta altura, é a do ponto de partida da exposição. Tal ponto de partida não pode ser arbitrário, mas deve consistir naquelas categorias centrais do ponto de vista ontológico, tal como revelado pela investigação e pela crítica.

Uma vez definido o ponto de partida, as abstrações sofrem um processo de delimitação e especificação que leva a extinção de seu caráter abstrato. Determinadas em seu conteúdo e retiradas de seu isolamento provisório, as abstrações são articuladas e dimensionadas de acordo com a extensão e o grau de generalidade em que participam da constituição do objeto.

Desta forma, o que constitui o real como um complexo dinâmico, aparece na exposição, na sua tradução mental, como sequência e ordenação. Daí que o desenvolvimento das categorias na exposição possa parecer simplesmente uma operação dedutiva. Com o trabalho de exposição traduz-se na mente a trama complexa de analogias, determinantes comuns, alteridades e diferenças que constituem o concreto pensado. Concreto esse que é resultado, portanto, do esforço de tradução de efetividades na mente, mas cujo vínculo com estas em nenhum momento se perde, devido à intervenção da crítica (AUGUSTO, 1999).

[...] e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, cheg[amos] a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passa[mos] a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, te[mos] que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com [...] os fenômenos], mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 1999, p.39).

Araújo (2011), num esforço de síntese dos dois caminhos do processo, escreve que, o real é, portanto, o pressuposto (o ponto de partida) para a construção do conhecimento, ao mesmo tempo é o ponto de chegada porque, de posse de suas determinações, no final do processo de conhecimento, é fundamental realizar a síntese do próprio real do qual partimos, e que ao final se nos apresenta com muito mais clareza e propriedade.

Nesse processo de construção do conhecimento, Marx destaca que o caminho de ida e de volta são traçados numa relação de simultaneidade e complementariedade entre sujeito e objeto. O caminho de ida começa no real, no objeto, do qual tencionamos compreendê-lo, identificando suas múltiplas determinações, relações. Na medida em que nos apropriamos idealmente dessas relações, construindo as categorias, vamos tecendo o caminho de volta, pois é necessário confrontarmos, o tempo todo, as categorias de análise com o próprio real. Quando já estão esgotadas as possibilidades de outras determinações, que

medeiam o nosso objeto, vamos construindo nossa síntese, agora, no nível ideal do concreto do qual partimos. Estaremos, assim, diante do mesmo real concreto, mas não mais caótico, mas um concreto pensado, conhecido na sua totalidade.

Em que momento saberemos que está na hora de realizarmos o caminho de volta? Essa é uma questão que apenas o pesquisador, na sua relação com o seu objeto, estará apto a responder. Acreditamos que, ao estabelecermos, continuamente no caminho de ida uma relação com o nosso objeto de estudo (caminho de volta), quando este se nos apresentar com suas diversas relações e mediações, no nosso pensamento, poderemos construir, então, nossa síntese, que é o caminho de volta final. No entanto, é fundamental destacarmos um importante aspecto do método dialético: o real está em movimento, é contraditório e possui historicidade, portanto, conhecê-lo significa um processo de sucessivas aproximações. Por mais que nos aproximemos do real, novas questões estarão surgindo para complementar a nossa síntese. Nesse sentido, é fundamental o reconhecimento da provisoriedade que tem o conhecimento que construímos. Caso contrário estaríamos negando o próprio movimento do real e do conhecimento.

Considerando o conhecimento inacabado, e, ao mesmo tempo, reconhecendo a possibilidade de conhecermos o real, é que Marx dedica-se ao detalhamento dos passos em que se realiza o conhecimento humano. Retomemos, pois, esse processo, no intuito de esclarecermos os usos do método marxiano na atividade da pesquisa científica. Falamos anteriormente do caminho de ida e volta como luzes para a elaboração da síntese que representa a totalidade do ato de conhecer. Marx afirma, então, que o caminho de ida começa no real concreto mas, através da capacidade do sujeito de analisar, pensar, ele vai construindo abstrações, categorias, que dizem respeito a aspectos desse real, dos complexos que o constituem, da suas determinações. É nesse sentido que o autor afirma que o caminho de ida e de volta é um caminho do abstrato ao concreto. O momento que representa "do abstrato" (que não pode ser visto sem sua relação com o real dado, pressuposto), é o momento em que o sujeito pensa, questiona o fenômeno na sua aparência. Nesse caminho "do pensamento", por isso ideal, abstrato, é possível ao pesquisador construir representações do real – suas categorias - a partir de sua capacidade de intuição e percepção.

No processo de descoberta das relações que determinam o fenômeno o sujeito constrói as suas categorias de análise. As categorias são, por esse processo de análise, resultado da atividade do pesquisador de estar no mundo real, olhar o fenômeno a ser investigado, pensá-lo na sua complexidade e relacioná-lo com o movimento da realidade (portanto não como um dado congelado, pronto e acabado, mas como processo). Nesse percurso vamos intuindo, percebendo, analisando, conhecendo seu movimento e identificando as categorias mais complexas, que representam relações mais complexas, pois determinadas por outros processos, o que não nos permite conhecê-las senão a partir da descoberta de suas determinações. Assim chegamos às categorias mais simples, que são determinantes para a compreensão das categorias complexas. Só então, de posse dessas categorias mais simples vamos realizando o caminho de volta, chegando às determinações mais complexas, o que nos possibilita a apropriação do real, na sua totalidade, como concreto pensado, que é o ponto verdadeiramente de chegada do pesquisador.

O que determina uma categoria mais simples é a sua "pobreza" de determinação, ou seja, é uma categoria que de certa forma dispensa outras determinações. Chegamos às categorias mais simples pelo processo de questionamento do real a partir de sua aparência, quando estabelecemos a pergunta: quem o determinou? Repetindo essa indagação, até o seu esgotamento, vamos identificando as determinações do fenômeno investigado, desse "real complexo". Dessa forma é possível chegarmos àquelas categorias mais simples, que representam relações/ processos menos complexos, que não carecem de outras determinações de outros complexos, para serem compreendidas, na sua riqueza.

Realizamos, portanto, até aqui, um processo de decomposição do real, para então recompô-lo como concreto pensado. No entanto, estando de posse das categorias mais simples não nos é possível conhecer o real, a não ser fazendo o caminho de volta. Dessa forma, vamos reconstruindo no pensamento a compreensão das categorias (mais complexas, determinadas) encontradas no momento anterior, pela decomposição. Nesse retorno, ainda abstrato, por se realizar no pensamento, vamos nos apropriando dessas determinações mais complexas, representadas nas categorias complexas.

Nesse caminho de volta, relacionamos tanto abstrato/abstrato (categorias complexas e simples), quanto abstrato/concreto, ou seja, categorias e suas determinações presentes no real concreto. Assim a percepção do real nos aparece de forma muito mais clara e rica, pois vamos nos apropriando, idealmente, do concreto – o real, o nosso ponto de chegada. O concreto, como verdadeiro ponto de partida, já era desde o princípio rico de determinações, dessa riqueza nos apropriamos apenas quando realizamos todo esse percurso, do pensamento, necessário para o conhecimento científico.

Marx (1997, p.9) afirma que "o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de o pensamento apropriar-se do concreto como concreto espiritual (pensado)", ou seja, de reproduzir idealmente algo concreto, real.

O concreto pensado é "produto da elaboração conceitual da intuição e da representação" (MARX, 1997, p.9) do sujeito que conhece e pensa o real, e permanece ainda presente no real enquanto sujeito independente, e estabelece uma relação permanente com o mundo. No processo de construção teórica do real "é preciso que o sujeito, a sociedade, esteja sempre presente como pressuposto" (MARX, 1997, p.11).

Em nenhum momento do processo de construção do conhecimento científico na perspectiva da ontologia marxiano-lukasciana, ocorre a negação da participação, da mediação do sujeito com a realidade objetiva, enquanto relação dialética, reflexiva. Como sujeito e objeto são históricos, todo conhecimento elaborado, traz em si, uma esfera desconhecida, pois ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de percepção do real, esse apresenta novos elementos que exigem novos olhares e novas elaborações teóricas (ARAÚJO, 2011).

Com pode ser constatado, os intérpretes brasileiros da ontologia de Lukács têm construído um referencial teórico significativo sobre o método marxiano e a pesquisa no conhecimento científico, que se constitui numa ruptura com o chamado "método científico" da perspectiva gnosiológico-cientificista.

Portanto, acredita-se possuir um referencial teórico adequado, do ponto de vista da classe trabalhadora, para a apropriação e análise do conhecimento científico em todas as áreas da ciência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Liana Brito de C. **A questão do método em Marx e Lúkács.** O desafio da reprodução ideal de um processo real. MENEZES, In: Ana Maria Dorta de (org.). *Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital* – Fortaleza: Editora UFC, 2003. p.369.

AUGUSTO, André Guimarães. **Ontologia e crítica:** o método em Marx. *Econômica*, v. I , n. II, 1999, pp.131-142.

CHASIN, José. **Método dialético.** Aula ministrada e gravada durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 1988.

CHASIN, José. **Marx:** estatuto ontológico e resolução metodológica. In: *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: K. MARX e F. ENGELS: *textos I*. São Paulo: Omega, 1977.

GASPER, Phill. Marxism and science, **International Socialism**, 2: 79, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LUKÁCS, György, **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo : Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. Neopositivismo. In: LUKÁCS, G. *Para a ontologia do ser social*. Vol.1, São Paulo: Boitempo, 2012, pp.45-74.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Método da economia política.** (3a.parte). São Paulo: IFCH/ UNICAMP, 1997.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo : Instituto Lukács, 2013.